

A INCLUSÃO DO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Wislania Oliveira Lima da Silva ¹

Prof.^a Dr.^a. Faciene da Silva Nóbrega²

RESUMO: O autismo é classificado como um dos “Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD)”, é descrito como um espectro, pois as características podem variar do leve ao mais severo, comprometendo o desenvolvimento normal do indivíduo, afetando a interação social, a comunicação e o comportamento, essa dificuldade faz com que as crianças com autismo, sejam bastante limitadas em todo o processo de ensino aprendizagem. A inclusão é um processo complexo e demorado, não basta que a escola se organize apenas em sua estrutura física, faz-se necessário fazer adaptações na metodologia específica, na didática, na pedagógica, no currículo, além de formar e capacitar os docentes e os profissionais de apoio na Educação Especial.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. Educação Infantil.

INTRODUÇÃO

Autismo é um transtorno no desenvolvimento, que compromete principalmente a comunicação, socialização, imaginação e a criatividade do indivíduo. Na maioria das vezes as crianças nascem sem nenhum tipo de problema ou aparência, e que ao longo dos seus meses de vidas vai aparecendo as dificuldades bem como o atraso na fala, no olhar, na sua interação com o meio que vive, enfim são inumeros fatores que se encaixam nesse tipo de distúrbio.

E visível e notório quando uma criança apresenta esses tipos de dificuldades e que geralmente são diagnosticadas entre 2 e 3 anos de idade.

E importante abordar que a criança com autismo tem direito a educação formal e também vale ressaltar o apoio especializado na sala de atendimento educacional especializado conhecida como sala de (AEE) visando a inclusão dos mesmos.

CAVACO (2014) dizia que ao compreender o autismo, abrir-se as portas para o entendimento do nosso próprio desenvolvimento, ou seja, que diante disso , devemos entender as dificuldades, necessidades e a incapacidade do ser humano de se ajustar a

¹ Licenciada Plena em Pedagogia - E-mail: lalasilvasb@gmail.com

² Prof.^a Faciene da Silva Nóbrega. Graduação em Licenciatura em Pedagogia- Instituto Superior de Educação Nossa Senhora de Fátima, Graduação Bacharel Serviço Social- Faculdade Kurios ,Pos-graduação Especialização em Gestão, Supervisão e Orientação educacional - Centro Universitário de Patos- UNIFIP Especialização em Docência e Gestão na Educação à distância- Instituição Superior de Educação do CECAP Especialização na área em Psicopedagogia Clínica, Institucional e Hospitalar- Instituto de Educação do CECAP Mestranda em Ciências da Educação, com foco na dificuldades de aprendizagem Email: facienedantas@gmail.com

forma diferente, seja ela qual for o tipo de transtorno. Portanto sendo assim, a equipe escolar, principalmente o professor precisa buscar novos conhecimentos e estar preparados para a realidade da sua sala de aula, buscando novos métodos eficazes que possam atingir a inclusão desse aluno com autismo no meio que ele está inserido.

No entanto compreender o autismo, não é querer somente ajudar aquele aluno, mas sim criar uma rotina diferente que possa incluir esse aluno, criar atividades, brincadeiras e novas formas de passar o afeto para o mesmo e que esteja também de acordo com seu grau de capacidade, enfim mudar completamente seu repertório de trabalho para que esse aluno esteja recebendo o apoio necessário do seu mediador e que o processo ensino e aprendizagem seja efetivo.

Segundo Carneiro (2012) a condição do aluno com autismo ainda é muito discriminado no ambiente escolar. Destaca ainda que a escola tem a responsabilidade de incluir e oferecer igual oportunidade aos seus alunos. Para isso, requer que a instituição possua elementos estruturais e pedagógicos diferenciados objetivando na inclusão eficaz.

No entanto o professor como seu mediador em sala de aula permita que seu aluno com TEA sinta-se valorizado, respeitado e acima de tudo importante.

Portanto o presente artigo tem como objetivo mostrar a importância da criança portadora do TEA, ou seja, mas conhecido como autismo perante a inclusão do mesmo no ambiente escolar e ressaltar as possibilidades que existem para um bom desenvolvimento e autoestima de cada criança com autismo.

A INCLUSÃO DO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O Autismo foi descrito pela primeira vez pelo psiquiatra infantil Leo Kanner em 1943 nos EUA, é definido como síndrome, por possuir sintomas e características comportamentais específicas em sujeitos afetados por ela. O autismo é também denominado como Transtorno do Espectro Autista (TEA), podendo variar do leve ao mais severo. Suas características principais são o isolamento social do sujeito, sua incapacidade de comunicação verbal, ou seja, atraso na fala e comportamentos estereotipados. Segundo Brito, (2015, p.82)

O autismo é uma síndrome complexa que afeta três importantes áreas do

desenvolvimento humano que é a comunicação, a socialização e o comportamento. Diante disto, existe a necessidade de descobrir os desafios do ensino aprendizagem do Autista na educação infantil, tendo a carência de transmissão de conhecimentos e informações a respeito do autismo, para a interação social e comportamental na escola.

Devido à complexidade desta síndrome, conforme Cunha, (2013, p. 23).

Pode haver diagnósticos médicos abarcando quadros comportamentais diferentes. Isto porque o autismo varia em grau de intensidade e de incidência dos sintomas. Tal heterogeneidade tem levado a revisão das diretrizes para o seu diagnóstico, inclusive com a mudança da nomenclatura para “Transtorno do Espectro Autista”.

Antes mesmo de mergulharmos na discussão sobre o Autismo e sua inserção no contexto escolar, iremos aqui compreender o percurso histórico de investigação trilhado por estudiosos para compreender as causas e características do autismo. De primeiro modo, a palavra “autismo” é derivado da linguagem grega que quer dizer “voltar para si mesmo”. Por volta de 1911, segundo Caetano (2010) era denominado autista pessoas que tinham dificuldades de interação social e deficiência mental, tendo como características o funcionamento motor grosseiro e comportamento esquizofrênico. Destaca-se ainda que através de Eugen Bleuler o termo “autista” ganhou espaço no âmbito da medicina.

A princípio, o psiquiatra acreditava que esses sintomas eram naturais nas crianças e, por sua vez, considerava que o autismo era consequência da forma como a criança era tratada pelas mães.

Inicialmente, ao definir o Autismo, Kanner (1943) denomina-o como um distúrbio autístico do contato afetivo. O autor também não descarta a hipótese de ser algo biológico e seus estudos apontaram relevância científica.

Contudo, essa concepção sobre o autismo foi sendo ressignificada com o avanço científico, pois como destaca Silva (2012) no ano de 1994, o transtorno recebeu uma nova descrição pelo pesquisador austríaco Hans Asperger, em sua tese de doutorado intitulada Psicopatia Autista da Infância, sendo uma pesquisa observacional com 400 crianças. Asperger acreditava que o autismo estava associado ao transtorno da personalidade denominando-o como Psicopatia Autística, mais conhecido como Síndrome de Asperger. Em sua pesquisa foi possível perceber a falta de empatia das crianças, pouca capacidade de socialização, monólogo, dificuldade na coordenação motora, inteligência elevada quando o assunto é de interesse do autista. Já em 1960, a

psiquiatra inglesa Loranwing observou a própria filha autista e publicou textos relevantes para a compreensão do autismo, tornando-se a primeira pesquisadora a identificar e descrever a tríade dos sintomas autísticos, a saber: a alteração da sociabilidade; a comunicação e o padrão alterado do comportamento. Loranwing aponta que esses três sintomas são encontrados nos autistas em diferentes graus de intensidade e pode se manifestar de diferentes formas.

Segundo Brasil (2003) as crianças portadoras do TEA, não possuem os aspectos físicos diferenciados das demais crianças, mas trazem com si algumas especificidades no seu comportamento de modo que chama atenção das pessoas que se relacionam com elas diretamente tais como familiares e professores. Algumas características são visivelmente identificadas nas crianças com o autismo. No convívio, por exemplo, é possível perceber que elas costumam isolar-se “dentro do seu próprio mundo”, o que dificulta a interação com outras pessoas, ocasionando também dificuldade na comunicação. Podem ser hiperativas ou muito passivas, sua personalidade é algo inconstante.

Apresentam também déficit de atenção, causando assim um aprendizado bastante lento e também são pertencentes de uma rotina que não pode ser quebrada, pois gera desconforto significativo. Destaca-se ainda que essas crianças dificilmente mantenham contato visual, obedecem às ordens ou atendem quando são chamadas. Os autistas também possuem apego a determinados objetos e costumam apresentar comportamentos gestuais repetitivos.

É possível perceber que cada portador de autismo tem uma forma diferente de reação, porém maior parte possui a dificuldade de interação, desenvolvimento cognitivo e dificuldade na linguagem. Destacamos, sobretudo, que o autismo não é contagioso ou é adquirido por intermédio de algum acidente, pois se trata de um transtorno neurológico.

Apesar de muitos estudos efetuados ainda não há certezas quanto ao papel dos genes no aparecimento do autismo. Sabemos porém que a síndrome acomete mais meninos do que meninas com total de cinco para um. Atualmente com base da relação do autismo com diversas patologias (rubéola, paralisia cerebral, meningite, etc.) o autismo tem sido descrito pela ocorrência em associação com uma grande variedade de perturbações de base biológica. Com base nesses dados se aceita que o autismo resulte da perturbação de determinadas áreas do sistema nervoso central que atingem a

linguagem, o desenvolvimento cognitivo e intelectual, assim como a capacidade de estabelecer relação, podendo estar associada a uma gama de desordem cerebral.

De acordo com a neurologista, as crianças que nascem com o TEA já começam, na maioria dos casos, a demonstrar sinais ao redor dos nove meses. “Elas não mantêm contato visual efetivo e não olham quando você chama. A partir dos 12 meses, por exemplo, elas também não apontam com o dedinho. No primeiro ano de vida, demonstram mais interesse nos objetos do que nas pessoas. Quando os pais fazem brincadeiras de esconder e sorrir, também não demonstram muita reação”, explica ela.

Não existe um exame para detectar o transtorno, e seu diagnóstico é baseado no histórico do indivíduo. As causas, ainda de acordo com a especialista, são variadas e podem incluir fatores genéticos, infecções durante a gravidez da mãe e má-formação cerebral.

Para diagnosticar o autismo, uma série de testes deve ser realizada, sendo o diagnóstico basicamente clínico. O médico deverá avaliar o desenvolvimento, as habilidades do paciente, a comunicação, entre outros fatores. Vale salientar que cada pessoa autista apresenta uma dificuldade e uma habilidade diferente da outra, portanto, é necessária uma análise por uma equipe multiprofissional.

Como dito anteriormente, o autista apresenta dificuldades e habilidades que precisam ser exploradas. Uma equipe deverá atuar de maneira interdisciplinar de modo a conseguir o melhor desenvolvimento do indivíduo.

Entre os profissionais que podem ajudar no acompanhamento do autista, podemos citar o psicólogo, psiquiatra, pediatra, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e fisioterapeuta.

O tratamento do autismo, apesar de não curar esta síndrome, é capaz de melhorar a comunicação, a concentração e diminuir os movimentos repetitivos, melhorando assim a qualidade de vida do próprio autista e também da sua família.

Assim, algumas estratégias importantes para o tratamento do autismo, seja em casos leves ou graves, incluem: Remédios, alimentação, fonoaudiologia, musicoterapia, psicoterapia, psicomotricidade, equoterapia.

A INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Constituição Federal Brasileira de 1988 garante que todos têm direito a

educação e a criança com autismo também possui os mesmos direitos que toda criança tem garantidos por lei. A escola é um lugar que proporciona às crianças a possibilidade de integração social, faz com que a criança tenha contato com outros sujeitos que não são do seu meio familiar contribuindo para o seu desenvolvimento social. Vasques; Baptista, (2003, p.9) diz:

[...] mais que um exercício de cidadania, ir á escola, para as crianças. com psicose infantil e Autismo poderá ter valor constitutivo, onde, a partir da inserção escolar seja possível uma retomada e reordenação da estruturação psíquica do sujeito.

O desafio na educação requer em compreender como ocorrem às relações sociais, didáticas e metodológicas da criança autista a partir da educação infantil, analisando o desenvolvimento cognitivo, afetivo e histórico-cultural e a influência familiar. De acordo com Cunha, (2016, p.23).

Após o aluno estar incluído na escola, cabe ao educador fazer a primeira identificação precoce na criança de algo que não está dentro da normalidade, uma conduta essencial para a intensificação à comunicação, interação social da criança no ambiente escolar e na sociedade.

O diagnóstico precoce é o primeiro grande instrumento da educação. O que torna o papel docente fundamental, pois é na idade escolar, quando se intensifica a interação social das crianças, que é possível perceber com maior clareza singularidades comportamentais. Será sempre pertinente o professor ou a professora observar atentamente seu aluno, quando este apresentar algumas das seguintes características comportamentais: retrai-se e isolar-se das outras pessoas; não manter o contato visual; desligar-se do ambiente externo; resistir ao contato físico; inadequação a metodologias de ensino; não demonstrar medo diante de perigos; não responder quando for chamado; birras; não aceitar mudança de rotina; usar as pessoas para pegar objetos; hiperatividade física; agitação desordenada; calma excessiva; apego e manuseio não apropriado de objetos; movimentos circulares no corpo; sensibilidade a barulhos; estereotípias; ecolalias; ter dificuldades para simbolizar ou para compreender a linguagem simbólica; e ser excessivamente literal, com dificuldades para compreender sentimentos e aspectos subjetivos de uma conversa. (CUNHA, 2016, p. 24-25).

Estas características precisam ser avaliadas pelo educador para seu conhecimento, tornando-se essencial para entender que tipo de síndrome a criança está sofrendo, isso se ela não tem um laudo médico. Após identificar que tipo de síndrome a criança está acometida, caberá ao docente usar metodologias pedagógicas apropriadas para aquela criança, juntamente com o afeto, pois o afeto é uma ferramenta pedagógica essencial para o professor encontrar recursos necessários para trabalhar as dificuldades encontradas no seu aluno, que podem ser várias.

Como afirma Carvalho (1999, p. 37),

[...] para que, em nossas escolas, o ideal da integração de todos, ou da não exclusão de alguns, torne-se realidade, é preciso trabalhar todo contexto em que o processo deve ocorrer. Do contrário, corre-se o risco de contribuir para maiores preconceitos em torno dos deficientes.

À vista disso, o ambiente escolar que recebe esses alunos, ao matricular, deve garantir toda a preparação de profissionais e estrutura escolar, para que os mesmos sejam aceitos e atendidos conforme todo o processo inclusivo propõe, abandonando os atos que segregam os indivíduos autistas, pois tais atos em nada ajudam, só vem a prejudicar.

"A separação dos indivíduos com autismo de um ambiente normal contribui para agravar os seus sintomas. As crianças com autismo têm necessidades especiais, mas devem ser educadas com as mínimas restrições possíveis" (GÓMEZ; TERÁN, 2014, p. 543).

Faz-se, portanto, o motivo da importância de incluir crianças autistas, quanto menos restringi-las ao contato com os outros, melhor será seu desenvolvimento diante da sociedade em que vive, pois é através dessa interação que os mesmos evoluem, com apoio de todos. De acordo com Cunha (2014, p. 100), "não podemos pensar em inclusão escolar, sem pensarmos em ambiente inclusivo".

Inclusivo não somente em razão dos recursos pedagógicos, mas também pelas qualidades humanas.

Não é de grande utilidade ter espaço propício, recursos pedagógicos e não saber como e quando utilizar, pois, o ambiente inclusivo é aquele que possibilita o desenvolvimento eficiente, que faz uso de comportamentos de trabalho adequados às necessidades educativas especiais, que considere as potencialidades do indivíduo, possibilitando ao máximo o contato com toda a comunidade escolar. Diante disso, faz-se importante lembrar que, "se ainda não é do conhecimento geral, é importante que se saiba que as escolas especiais complementam, e não substituem a escola comum" (MANTOAN, 2006, p. 26).

Envolver o aluno autista nas atividades propostas torna-se um desafio, pois não é tudo que lhe atrai. O docente desdobra-se e recorre a mecanismos que atendam as necessidades da criança e, sobretudo atraia para as atividades. Contudo a Professora considera que para superar esse desafio necessita ajuda, pois sozinha não é capaz de atender a todos os seus alunos de maneira satisfatória.

Na inclusão não é a criança que se adapta a escola e sim a escola que se molda

para receber o aluno. Vale ressaltar que muitas vezes como não só os professores como também os coordenadores escolares não estão aptos para desenvolver um plano pedagógico coerente com as necessidades do aluno autista, lança-se mão de um orientador terapêutico que poderá ser um psicólogo ou um fonoaudiólogo o que é um erro. Não se deve promover a substituição do profissional. Esses profissionais podem até fazer parte da equipe técnica, porém de forma complementar, sem que isso não diminua a responsabilidade do professor.

O professor precisa ir além de ser um transmissor de conhecimento, na escola o aluno deficiente ou não deverá vivenciar experiências significativas para o seu processo de aprendizagem. A escola cria significados, promove reflexões, resgata valores e socializa. O papel da escola é também usar de todos os recursos possíveis para transformar o entorno.

Hoje se pode dizer que a escola é a maior responsável pela educação e formação de um indivíduo, e nesse processo o professor é a pessoa intermediária disso. Todo indivíduo depende de uma estrutura social e política para uma boa sobrevivência, afinal as crianças de hoje serão futuramente as responsáveis pelas grandes transformações socioeconômicas, culturais e políticas de nosso país.

É necessário que todo trabalho educativo esteja voltado também para a construção moral dos cidadãos objetivando o bem-estar não só pessoal como também o coletivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o autismo possibilitou um melhor entendimento desde sua história até as características do comportamento do indivíduo autista, visto que, é um transtorno que abrange complexidade em todos os âmbitos sociais, principalmente no âmbito escolar.

A inclusão de crianças que apresentam “Transtorno do Espectro Autista” nas escolas de ensino regular é uma conquista assegurada por lei, posto que, de acordo com a literatura o convívio social contribuiu para o desenvolvimento do autista. E ainda se essa inclusão possa ser realizada de forma gratuita por meio da escola pública, melhor para as famílias que não possuem situação financeira elevada.

O trabalho escolar inclusivo não deve focar-se nas dificuldades apresentadas pelo indivíduo autista, mas em suas potencialidades, visto que estas proporcionam maior

impacto para o trabalho de seu desenvolvimento.

Apesar de a criança autista apresentar algumas dificuldades, leves, médias ou severas, para seu desenvolvimento cognitivo, comportamental, social, ao tentar interagir com a sociedade em geral, principalmente em sala de aula com crianças “ditas normais” é, preciso incluí-las dentro do contexto geral da escola respeitando as suas especificidades para que a mesma possa aprender e participar, estando incluída e não somente integrada.

De acordo com as pesquisas a criança autista não está incluída e sim integrada, pois falta a escola de um modo geral, professores, pedagogos, gestores, coordenadores, funcionários, abraçarem a causa da criança autista, assim como toda criança com alguma especificidade, dando-lhe oportunidades como um sujeito de direitos. Visto que a Constituição garante educação para todos.

Incluir não é só integrar [...] Não é estar dentro de uma sala onde a inexistência de consciencialização de valores e a aceitação não existem. É aceitar integralmente e incondicionalmente as diferenças de todos, em uma valorização do ser enquanto semelhante a nós com igualdade de direitos e oportunidades. É mais do que desenvolver comportamentos, é uma questão de consciencialização e de atitudes (CAVACO, 2014, p. 31).

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Leny; BARBOSA, Zenilda. **DESAFIOS DO ENSINO APRENDIZAGEM DA CRIANÇA AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/desafios-do-ensino-aprendizagem-da-crianca-autista-na-educacao-infantil.pdf?fbclid=IwAR3iTEqOImXD4aLdCZ1-Zp5YcrY-f6WmVOpzwyC-zxCA9_xz4z0aCtA_D84

Acessado 02/08/2020 às 18h00min

PAREDES, Rita de Cássia Araújo. **O autismo na educação infantil**

https://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/posdistancia/53208.pdf?fbclid=IwAR1USp_GHuRKPHhoD9MOuppIRnljxBN3w6DtCxVSdZ7wINUzWTeW1hC8V_wU

Acessado 02/08/2020 às 19h00min

OLIVEIRA, Eduarda Sampaio. **AUTISMO NA ESCOLA: PONTOS E CONTRAPONTOS NA ESCOLA INCLUSIVA**

<https://monografias.brasilescuela.uol.com.br/pedagogia/autismo-na-escola-pontos-contrapontos-na-escola-inclusiva.htm?fbclid=IwAR0rxIuCu5HzALDpbSNLDxVsvPn-KuRX1Wk-Z3tMSQHoeMtec0jz03OvKFU>

Acessado 04/08/2020 às 19h30min

BELTRAME, Dr^a. Beatriz. **Principais tratamentos para autismo (e como cuidar da criança)**

<https://www.tuasaude.com/tratamento-do-autismo/#:~:text=A%20de%20n%C3%A3o%20existirem%20rem%C3%A9dios,exemplo%20clozapina%20%20risperidona%20e%20aripiprazol.>

Acessado 04/08/2020 às 20h00min